



Esta obra está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ISSN 2175-9596



O OUTRO “LEGADO” DA COPA: UM ESTUDO SOBRE TECNOLOGIA E MOBILIZAÇÃO POPULAR

The other world cup “legacy”: a study on technology and popular mobilization

Lorraine Amaral Nogueira^a

^(a) UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- Brasil, e-mail: loraineamaralnogueira@gmail.com

Resumo

O artigo, resultado preliminar de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, oferece uma reflexão crítica acerca das transformações sociais consequentes do processo de modernização das cidades brasileiras, visando recepcionar os chamados “Megaeventos”. Considerando, principalmente, o período compreendido entre o planejamento da Copa das Confederações e a realização da Copa do Mundo; visa analisar o fenômeno enquanto empreendimento contemporâneo internacional, partindo do conflito originado entre as forças de segurança, mais especificamente a Polícia Militar e os manifestantes; buscando mapear fatores que contribuíram para o desenvolvimento de novas relações e prestando especial atenção ao papel cada vez maior que a tecnologia cumpre na construção da realidade. Ainda que manifestações semelhantes tenham ocorrido recentemente em outros países, o estudo tem como ênfase o caso específico brasileiro.

Palavras-chave: tecnologia, segurança pública, legado, megaeventos, redes sociotécnicas.

Abstract

The article, a preliminary result of on-going research, offers a critical and deep thinking on the social transformations that took place during the process of modernization among the Brazilian cities, due to the requirements for hosting the so called Mega-events. By observing, more specifically, the period between the planning of the Confederation’s Cup and the realization of the World Cup, aims to analyze the phenomenon as a contemporary and international enterprise, starting from the originated conflict between the security forces, but in particular the military police, and the protester, seeking to map factors that contributed to the development of new relationships, paying particular attention to the increasing role that technology has taken in the construction of the reality. Although similar events have occurred recently in other countries, the article emphasizes the singularities of the Brazilian episode.

Keywords: technology, public security, legacy, mega-events, socio-technical networks.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo visa compreender aspectos tangentes às transformações desencadeadas em torno dos preparativos para a recente Copa do Mundo no Brasil, tendo como foco privilegiado de análise os conflitos travados entre os agentes de segurança e os manifestantes. Primeiramente, será descrito o contexto no qual a pesquisa se desenvolveu, enfatizando o caráter construtivista e transformacional, tanto do campo, quanto do objeto. Em seguida, tendo como referência a experiência etnográfica, será apresentada a controvérsia principal, que revelará duas redes em torno das quais foram mobilizados diferentes elementos. Por fim, a análise compreenderá os processos conectivos das novas relações estabelecidas, atentando para a agência cada vez mais evidente dos artefatos tecnológicos.

MEGAEVENTOS, MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA

O discurso oficial proeminente de que os Grandes Eventos – e, em especial, a Copa do Mundo de 2014 – promoveriam benefícios permanentes para o Brasil, foi usado para justificar grandes investimentos em obras de infraestrutura e na aquisição de tecnologias avançadas. O esforço resultaria na produção de um legado, que segundo propalavam as autoridades, viria a ser um conjunto de bens, capazes de promover um impacto significativamente positivo na qualidade de vida da população.

Embora parte do legado seja tangível, como a construção de vias de acesso, (re)construção de estádios e remoções; outras transformações desencadeadas em virtude deste megaevento são menos sensíveis à vista e, portanto, demandam um profundo estudo que revele os atores envolvidos, bem como suas motivações e relações.

Dentre os legados anunciados, pretendia-se que o mais promissor fosse o novo modelo integrado de Segurança Pública e Defesa Social, reconhecido internacionalmente como o mais adequado, tendo em vista sua eficácia em eventos anteriores, como por exemplo, as Olimpíadas de Londres de 2012. Tal modelo tinha como principal pilar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), cuja implementação estava sob a responsabilidade da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), órgão do Ministério da Justiça.

De acordo com o Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo de 2014, os três níveis de governo deveriam trabalhar em estreita cooperação, integrando as instituições do Poder Público e criando condições favoráveis ao gerenciamento e resposta, em caso de catástrofes naturais ou distúrbios civis, por meio de ações de prevenção de riscos.

Até 2013, durante os preparos para a Copa das Confederações que ocorreria naquele ano, a pesquisa de campo concentrou-se exclusivamente no CICC; tendo em vista seu protagonismo no planejamento da SESGE, a atenção dada às especificidades de sua infraestrutura e aparelhamento tecnológico, e pela aposta das autoridades no modelo integrado. O novo modelo tinha por objetivo alocar os principais setores de diferentes instituições em um prédio composto por tecnologia de ponta, para que a informação circulasse simultaneamente entre elas, tornando possível uma tomada conjunta de decisão acerca de um problema – e reduzindo, portanto, gastos de tempo e de recursos. T tamanha centralidade pode ser observada em discursos de autoridades, como a Presidenta Dilma Rousseff:

Essa estratégia vai ter seu primeiro grande teste, no que se refere à questão do comando e controle, a partir deste sábado, nas seis capitais-sede da Copa das Confederações. Eu tenho certeza de que os governadores terão, através de suas ações, um retorno aos seus esforços nessa área. Um dos grandes legados tanto da Copa das Confederações quanto da Copa do Mundo e das Olimpíadas é uma melhoria de patamar na segurança pública brasileira. Integrar, coordenar e gerir de forma conjunta é um dever de estado. (Rousseff, 2013).

REALIDADE EM DEVIR: TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO E MUDANÇA DE OBJETO

As estratégias em segurança foram inicialmente desenvolvidas tendo em vista três principais focos: ameaças externas; proteção de portos, aeroportos e fronteiras; e ataques cibernéticos. Entretanto, como ao longo de 2013 o país fora palco recorrente de grandes manifestações – originando uma tensão entre as instâncias de segurança e os movimentos sociais – que atraiu atenção mundial e não se diluiu durante a Jornada Mundial da Juventude –, um novo elemento de risco passou a ser incluído no planejamento de segurança para o Mundial de 2014.

A possibilidade das manifestações resultarem em confronto direto com a polícia preocupou tanto no que concerne à manutenção da ordem pública nas áreas circundantes aos estádios, quanto à segurança dos cidadãos, principalmente dos espectadores dos jogos. Assim, os protestos foram

considerados o maior desafio daquele período, pela SESGE, demandando, inclusive, uma reorganização estratégica, a fim de adequar a atuação das Forças de Segurança às demandas advindas do novo contexto.

Dada à centralidade que o conflito adquiriu, a pesquisa precisou passar por um redirecionamento de foco. Isso significou um reestabelecimento tanto de objeto, quanto de campo. A questão a ser observada já não era mais o papel e funcionamento do CICC e de seus agentes, dentro de um esquema maior de segurança, que podia ser observado de forma privilegiada por meio da imersão na rotina operacional do prédio. Tratava-se agora do conflito originado entre as autoridades, principalmente a Polícia Militar (PM), e os manifestantes.

Desse modo, o foco privilegiado de análise deixou de ser o CICC e passou a ser “o palco das manifestações” – as ruas – que pareciam mais promissoras ao permitir a construção de uma perspectiva “de dentro” do conflito. Além disso, o modelo de segurança pública baseado na ação integrada não se mostrou tão evidente quanto a atuação da PM durante o período em que eclodiram as manifestações.

Segundo Castells (2007; 2013), os protestos contemporâneos organizados em rede apresentam-se como fenômenos generalizados, de caráter espontâneo, cuja incidência reflete um contexto específico de indignação popular, desenvolvido na internet e com capacidade de exercer influência direta na realidade.

Como a internet possibilitou uma organização dos atores, ela também passou a ser considerada extensão do campo de estudo. Entretanto, tão logo a imersão na plataforma foi feita, percebeu-se que a mesma não era apenas contexto, mas também “conteúdo”: as relações não eram construídas “na” internet, mas “pela” internet; ela conectou diferentes celulares, computadores, pessoas, informações, imagens, eventos e foi fundamental na construção de ideias, valores e artefatos.

Da mesma forma, sem ela as relações não teriam sido construídas naqueles termos. A internet funcionou e segue funcionando como mediadora (Latour, 2005), não apenas possibilitando agentes humanos e não humanos associarem-se em rede, mas transformando o significado e sentido de suas ações. Assim, constatou-se que, além de campo, ela era igualmente objeto. A metodologia da pesquisa, portanto, não prezou por uma dicotomia entre o espaço “online” ou virtual, e o “offline” ou real. Ambas as dimensões, consideradas partes de uma mesma realidade

(Kendal, 1999), resultaram em ricas etnografias, que justapostas buscaram produzir uma visão holística dos acontecimentos.

A realidade, portanto, só pode ser compreendida por meio de uma abordagem empenhada em dar conta de sua totalidade. Isto significa abandonar distinções, como por exemplo, “contexto” X “conteúdo” (Callon, 1998), bem como teorias que defendem a primazia da estrutura, em detrimento dos indivíduos ou vice-versa. Neste sentido, a pesquisa toma uma guinada teórica menos convencional. Opta-se por uma abordagem que considere a realidade como uma rede sem costuras (Hughes, 1983), que faz diluir as fronteiras entre o campo e o objeto, e que é composta por elementos generalizadamente simétricos (Law, 1998). Ou seja, tomando como referencia a Teoria Ator-Rede, atenta-se para as associações entre entidades, humanas e/ou não humanas, destacando suas agências e mapeando os fluxos das redes às quais pertencem.

DUAS REDES, UMA CONTROVÉRSIA

A constante ênfase dada à produção do legado durante o preparo para a Copa do Mundo não foi uma característica exclusiva do caso brasileiro. As transformações observadas no cenário nacional apresentam semelhanças com os Megaeventos anteriores, produzidos em outros países. Segundo Roche (1994), embora eles sejam fenômenos de curta duração, são capazes de gerar consequências duráveis para as cidades que os recebem, além de frequentemente acarretarem dívidas duradouras e demandarem um planejamento de uso de longa duração. Dessa forma, os Megaeventos apresentam-se como justificativa para grandes investimentos em infraestrutura, visando a adequação das cidades aludindo a uma suposta sintonia de interesses.

Podemos conceber a Copa do Mundo, em um sentido amplo, como um empreendimento de constituição de redes ou engenharia heterogênea (Law & Callon, 1992), ou seja, um arranjo relativamente estável de relações materiais e sociais, com um objetivo específico. Assim, agentes mobilizados na execução do projeto são elementos pertencentes a uma mesma rede, agindo de maneira coordenada e garantindo sua estabilidade e conseqüente eficácia. O construtor da rede é o responsável pelo agenciamento de diferentes elementos, garantindo, mediante ao sucesso da rede, que os aliados recebam sua parte pela contribuição inicialmente negociada.

Entretanto, se algum elemento não age de forma convencional ou não produz a “contraparte” esperada, caso sua agência seja algo indispensável para a manutenção da rede e não podendo ele

ser rapidamente substituído por outro elemento de agência semelhante, as relações começam a se diluir e a rede se torna instável, podendo produzir imprevistos ou resultados indesejáveis. Embora as associações sejam instáveis, por determinado tempo formam redes, que estão continuamente se (des)estabilizando. Dentre os fatores que desestabilizam uma rede, estão, por exemplo, elementos externos a ela, como veremos a seguir.

A “Copa do Mundo” ofereceu a oportunidade ideal para a construção de uma ampla rede, em torno da qual elementos heterogêneos se mobilizaram para produzir um resultado estimado: o Megaevento. Assim, o Governo Federal identificou possíveis aliados – FIFA, governo estadual, CBF, empreiteiras, os Ministérios da Defesa e da Justiça, as Forças Armadas, a Grande Mídia, os jogadores, as empresas de tecnologia, as Polícias e outras corporações abrangidas pelo novo modelo de segurança pública – e começou a construir a sua rede, que foi sendo desenvolvida na medida em que os agentes negociavam sua participação.

A Rede Pró-copa (RPC), composta por elementos humanos e não-humanos (Law, 1992), estava estabilizada. Os elementos humanos, fossem eles indivíduos ou corporações, tinham suas demandas atendidas pela eficácia da rede enquanto colaboravam para o preparo da Copa, ou as teriam logo após sua realização.

Entretanto, a RPC precisou lidar com um fator que se mostrou um grande empecilho para o alcance de seus objetivos: os manifestantes. Estes estavam promovendo protestos contra o aumento da passagem no primeiro semestre de 2013, e conquistaram gradativamente maior adesão por meio da construção de sua própria rede, ou seja, pela mobilização de elementos diferentes da primeira, com um objetivo que posteriormente revelou-se antagônico à realização da Copa do Mundo.

A construção desta outra rede – dos manifestantes – se deu durante o período em que as autoridades estavam atentas aos preparativos da Copa do Mundo e o seu consequente legado produzido. Neste momento, embora se soubesse que tal legado só viria a ser útil para a população posteriormente, acreditava-se na utilidade imediata do discurso do legado como estratégia para mobilizar a população em torno da RPC, funcionando, assim, como uma “moeda de troca”. Com isso, as autoridades – principalmente o Governo Federal, como o construtor, e o Estadual, como beneficiário – esperavam receber apoio e, sobretudo, legitimar o empreendimento da Copa.

Assim, o discurso do legado buscou tornar a Copa do Mundo algo desejado, não só pelo entretenimento esportivo que ofereceria, mas, principalmente, pelas vantagens à população como um todo. Ou seja: propalou-se a ideia de que, com o sucesso da Copa, o Brasil ganharia de qualquer forma, independentemente de sua vitória nos jogos.

Entretanto, boa parte da sociedade civil não se identificou com este discurso, por três principais razões:

O discurso supunha atender às demandas que não eram próprias dos manifestantes. Por exemplo, o enaltecimento de obras relacionadas à construção ou reforma de estádios que não apresentariam benefícios no dia-a-dia da maioria da população, e nem que e mesmo durante o evento, tendo em vista os preços elevadíssimos dos ingressos em comparação ao salário médio do brasileiro;

As melhorias na qualidade de vida dos cidadãos reificadas pelo discurso do legado, só poderiam ser notadas ao longo prazo, o que não oferecia uma resposta prática às insatisfações dos manifestantes;

Grande parte dos manifestantes via relação entre os investimentos feitos em virtude da Copa e a precariedade de serviços públicos. Segundo eles, o dinheiro “da Copa” devia ser aplicado em áreas mais urgentes, visando beneficiar verdadeiramente a população.

Ainda, ao terceiro motivo somaram-se denúncias de uma má gestão, tendo em vista as acusações de manifestantes sobre a irresponsabilidade ou conivência das autoridades diante de situações contestáveis, como o atraso de obras, o superfaturamento de licitações, as remoções “ilegais” de famílias humildes, dentre outras.

As manifestações ganharam corpo: se antes os protestos contavam com centenas de jovens estudantes, em sua maioria do eixo Rio-São Paulo e convocados pelo Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens, em poucas semanas passaram a concentrar milhares de pessoas, de perfis menos definidos – incluindo partidos políticos e outras instituições, diferentes faixas etárias e profissões – e com demandas cada vez menos definidas. Isto porque, além de não terem qualquer sinalização por parte do governo ou das empresas de transporte de que teriam suas demandas correspondidas, a constante repressão policial e a cobertura imparcial da Grande Mídia funcionaram como estimulantes para uma maior adesão.

Desta forma, a rede cresceu exponencialmente por meio da mobilização de novos elementos, que, por sua vez, também mobilizavam outros. Dentre estes novos componentes, destacam-se os celulares e dispositivos com câmeras, os midativistas, as redes sociais, fotos, máscaras, dentre outros.

Entretanto, diferentemente do funcionamento da RPC, os elementos humanos mobilizados na outra rede não tinham uma ideia compartilhada do(s) objetivo(s) prático(s) da mesma, que fizesse com que todos seguissem mobilizados e empenhados, atrelando o atendimento de suas demandas individuais ao sucesso da rede. Desta forma, a rede dos manifestantes passou a se nortear pelo objetivo vago de múltiplas demandas.

Assim, ao longo de manifestações que tinham como pauta contestar o aumento das passagens, também havia espaço para, por exemplo, um grupo de índios e ativistas dos direitos das sociedades tradicionais protestarem contra a transferência da Aldeia Maracanã, estudantes protestarem contra a violência policial e advogados ativistas protestarem contra a prisão de manifestantes ou a remoção de famílias em virtude de obras de infraestrutura.

Embora tantos agentes tivessem demandas prioritárias diferentes, eles muitas vezes compartilhavam de outras demandas “de segundo plano”. Por meio da imersão nos protestos, como parte da pesquisa de campo, foi possível perceber uma trilha sonora que intercalava diferentes desejos bradados em uníssono; reforçando a existência de demandas também compartilhadas – “o fim da corrupção”, “o fim da violência policial”, dentre outras.

Assim, podemos dizer que a não identificação com o discurso da Copa contribuiu para a criação de um sentimento comum entre aqueles que estavam indo às ruas. Estes, não só levantaram a bandeira de que a Copa não representava seus interesses, como, ao perceberem que a sua realização interessava aos elementos mobilizados na rede antagonica – que segundo os manifestantes não visava atender “às reais necessidades da população”, mas sim, aos dos integrantes de um grupo limitado, do qual, inclusive, a FIFA fazia parte– passou-se a indagar questões como “Copa pra quem?”, exigir “FIFA, go home” ou dizer “Da copa eu abro mão, eu quero é dinheiro pra saúde e educação”.

O movimento, que não era anti-Copa em seu cerne, encontrava nessa posição antagonica uma estratégia para dar visibilidade às suas demandas. Nesse sentido, as demandas individuais dos manifestantes passaram para segundo plano em prol de um objetivo comum: sabotar a Copa. O

significado atribuído ao insucesso da Copa, que equivaleria a um sucesso da rede dos manifestantes, era diverso: uns acreditavam que o dinheiro “da Copa” poderia ser aplicado de melhor maneira; outros queriam apenas se vingar pelas atitudes suspeitas que as autoridades cultivavam, mostrando que o povo “está acordado”; outros grupos, principalmente partidos políticos opositores, viam nisso uma manobra para pressionar e desestabilizar o governo. Além disso, cabe ressaltar que a possibilidade de partidos políticos estarem se aproveitando do momento para “usar os manifestantes como massa de manobra”, na própria linguagem nativa, foi um grande motivador para a supressão, num primeiro momento, de símbolos e bandeiras partidárias.

O conflito principal entre os manifestantes e as forças policiais originou-se, então devido a pontos de vista divergentes quanto à realização dos objetivos de sua rede. Eis a controvérsia: as forças policiais enquanto elementos da RPC viam os manifestantes como um obstáculo à realização dos objetivos de sua rede; e os manifestantes, por sua vez, viam os policiais como um impedimento ao sucesso de sua rede, cuja meta era sabotar a Copa, conferindo visibilidade nacional e internacional às suas demandas.

Os objetivos das duas redes ("dos manifestantes" e "pró-copa") tornaram-se antagônicos e o conflito entre alguns de seus elementos (indivíduos e policiais militares) estava longe de acabar, posto que para isso ocorrer uma das redes deveria ser desestabilizada, mas ambas foram capazes de garantir ainda mais estabilidade, ou associando novos elementos ou revelando elementos já associados, cuja agência ainda não tinha sido acionada. Nesse sentido, dentre os elementos da RPC interessados em resolver essa controvérsia, agora estavam agenciados também a ABIN, as Forças Armadas, os P2 (policiais à paisana), mais tecnologia de repressão (spray e gás lacrimogênio), mais componentes de vigilância (tanto as câmeras do CICC, como de outros prédios públicos e as da CET-Rio), e mais. O mesmo fez a rede dos manifestantes, criando coletivos de mídia alternativa, vinculando imagens e vídeos que provavam a violência policial, pela mobilização dos Black Blocks, dentre outros.

Quanto mais ampla tornou-se a rede, mais difícil era de criar um ponto de controle (Callon, Law; 1992), um mecanismo pelo qual o construtor desta pode intermediar as estratégias e participações de seus elementos com os integrantes da outra rede. Assim, alguns elementos de ambas as redes passaram a ter "gerências", que não passavam pelo consentimento dos construtores da rede. Os

“Black Blocks” passaram a agir com estratégias próprias, que não foram negociadas com os outros manifestantes; assim como certas instâncias de segurança sofreram alguns desvios no que diz respeito às estratégias recomendadas pelas autoridades. Dentre esses desvios estava, por exemplo, o excesso de violência policial, que gerou nos manifestantes um sentimento de cumplicidade e um dever de denúncia, que os fez mobilizar mais elementos e retornar às ruas com mais agenciamentos (ou, em sua linguagem, “força”). As frases “a polícia que reprime no asfalto é a mesma que mata na favela” e “amanhã vai ser maior” expressam bem esse momento de ampliação pela associação.

Na medida em que os conflitos adquiriram proporções nacionais, a mídia internacional fez repercutir uma imagem negativa do país, o que levou a um sentimento de insegurança tanto nos espectadores, quanto nas organizações internacionais envolvidas no empreendimento da Copa. Ao perder credibilidade internacional e levantar suspeitas sobre o cancelamento do evento, os elementos mobilizados na RPC logo colocariam em dúvida a capacidade da rede de atender às seus interesses individuais, o que em pouco tempo a desestabilizaria. Percebendo a ameaça oriunda da rede dos manifestantes (agora convertida em “Rede Anti-Copa”), os agentes da RPC teriam duas estratégias: ou trariam os manifestantes para a RPC ou desestabilizariam a sua rede.

No entanto, após se mostrar intransigente às negociações em um primeiro momento (quando as manifestações tinham demanda única e apenas começavam) a intenção posterior da RPC de negociar com “representantes do movimento” (pois ele já ameaçava a sua estabilidade) não era mais possível por uma série de fatores:

Primeiro, porque os manifestantes, no momento em que seus “supostos” representantes foram convocados, não eram mais integrantes de um grupo de demandas claramente delimitadas. Não havia mais a possibilidade de um representante, fosse ele indivíduo ou instituição, representar um ponto de convergência de demandas, que já se multiplicavam, e funcionar como o ponto de controle da rede.

Em segundo lugar, as demandas não eram práticas. Diferentemente da revogação do aumento da passagem, as novas e múltiplas demandas eram complexas (“fim da corrupção”, “fim da PM”, “mais dinheiro para a saúde e educação”) e não dependiam apenas do sucesso da rede, mas sim que novos elementos fossem mobilizados, e que estes se empenhassem em produzir uma “moeda de troca” satisfatória. Os manifestantes não estavam apresentando às autoridades um “plano de

ação” que bastava o governo aceitar e colocar em prática; nem propostas a serem avaliadas, como substituição de um modelo de polícia por outro. As autoridades, por sua vez, tampouco conseguiam produzir propostas aceitáveis do ponto de vista dos manifestantes.

Além disso, enquanto os elementos mobilizados na RPC tinham interesses claros e um plano tático de atendê-los, que se resumiam ao sucesso do evento, a rede dos manifestantes foi construída em torno de um objetivo que não era a solução prática de suas demandas, por meio da suspensão ou adoção de uma medida. Ela se calcava na transferência aos líderes políticos da responsabilidade de produzir uma contrapartida satisfatória, e dependia da capacidade desse elemento externo se reconhecer como solucionador de indignações e apresentar contrapartidas que viessem a satisfazer demandas que não eram claras, únicas e práticas.

Como desestabilizar a RPC era algo demasiadamente complexo, o máximo que os manifestantes conseguiram foi se valer do constrangimento das autoridades pela imagem negativa internacional que o país estava adquirindo e negociar o preço das passagens, além da chamada “agenda positiva” que, dentre outras medidas, tornou a corrupção crime hediondo e promoveu o arquivamento da PEC 37 e a proibição do voto secreto em decisões a respeito de cassação de mandatos irregulares.

O OUTRO LEGADO DA COPA (resultados preliminares)

Tendo em vista que o trabalho é fruto de uma pesquisa em desenvolvimento, qualquer tentativa de conclusão não passaria de um esboço. Nesse sentido, opta-se por apresentar um resumo das observações até o momento, apontando para o reconhecimento de importantes aspectos como consequências do período, referidas como “o outro legado”.

Para realizar o projeto da Copa do Mundo, as autoridades precisaram estabilizar em rede diversos elementos humanos e não humanos. Entretanto, em meados de junho de 2013, as manifestações que também se organizaram em rede, colocaram em risco a estabilidade da Rede Pró Copa. Os construtores da RPC lançaram mão, então, de algumas estratégias para tentar mobilizar os manifestantes a seu favor. Dentre essas estratégias, destacaram-se: trazê-los para RPC, lançando mão do *discurso do legado*; tentar oferecê-los soluções que correspondessem às suas demandas, para que eles não precisassem mais se associar; ou forçar sua desestabilização.

A Primeira estratégia não trouxe resultados positivos, uma vez que não era possível negociar a participação dos manifestantes numa rede, cujo sucesso não equivaleria às suas demandas; que antes era a “revogação do aumento da passagem”, mas, posteriormente, tornara-se múltipla.

A segunda estratégia, uma negociação com supostos “representantes” do movimento, resultou na redução do preço da passagem e em sequência na adoção de um pacote de medidas. Entretanto essas medidas não foram suficientes para atender às demandas múltiplas e complexas dos manifestantes que, num terceiro momento, já concentravam-se em torno do objetivo de sabotar a copa.

A terceira estratégia, a adoção de práticas para desestabilizar a rede dos manifestantes, ainda que ela tivesse se ampliado e conquistado visibilidade, trouxe resultados positivos, porque as relações entre os agentes era mais frágil. Assim, as constantes prisões dos manifestantes, repressões policiais, e a negação contínua em atender seus interesses, fez com que os elementos da “Rede Anti-copa” colocassem em dúvida o sucesso de sua rede e, conseqüentemente, o atendimento de suas demandas individuais.

A RPC perdurou por mais tempo e conseguiu realizar seu objetivo em detrimento da rede dos manifestantes, porque sua rede havia mobilizado mais agentes (humanos e não humanos) e, portanto, foi a mais ampla, estável e capaz de propiciar relações duradouras. Neste sentido, o projeto da Copa do Mundo só pôde ser realizado porque a RPC não se diluiu.

Por outro lado, a rede dos manifestantes, embora não tenha conseguido impedir a Copa do Mundo, conseguiu oferecer em contrapartida aos seus elementos pequenos sucessos no sentido do atendimento de suas demandas, mesmo que carecendo de objetivos claros e de uma estratégia prática de como obtê-los. Um exemplo é a redução no preço da passagem ou a “agenda positiva”.

A controvérsia descrita revelou duas redes híbridas, compostas por elementos humanos e não humanos, mobilizados em torno da realização de objetivos distintos. Dentre os artefatos mobilizados em redes, a tecnologia destacou-se, tanto na flexibilização do espaço-tempo, como na reorganização dos agenciamentos sociotécnicos.

Como saldo da copa, pode-se dizer que o Brasil ganhou uma nova rede de relações que se mantém até hoje de maneira latente. Essa rede permanece orientando-se pela avaliação de decisões políticas, denúncia da violência policial e fim do monopólio midiático.

Durante os protestos, não foi apenas a SESGE que monitorou os manifestantes, mas fotos e vídeos feitos pelos manifestantes denunciaram a atuação da polícia. Assim, podemos elencar como outros *legados* da copa, uma série de agenciamentos sociotécnicos, conhecidos como “coletivos de mídia alternativa”, que continuam agindo e propõem um passo a caminho da democratização do processo de produção do discurso tido como oficial e legítimo, propiciada pelas tecnologias e pelo novo hábito de reconstrução coletiva (em rede) dos fatos. Além disso, tanto o ciberativismo (ANTOUN, 2013; MALINI, 2013), quanto o midiativismo, sugerem uma mudança na natureza do poder – do modelo hierárquico e verticalizado; para o difuso, horizontal e disseminado (DELEUZE, 1988) entre os nós das redes de um intrincado sistema de registro e reconhecimento.

Levando-se em consideração que mais um Megaevento se aproxima, as Olimpíadas de 2016, mais tempo de observação e estudo se faz necessário para continuar a desenvolver uma análise mais abrangente que considere também fenômenos contemporâneos internacionais e aparentemente similares, e que contemple as consequências da rede de relações oriundas dos agenciamentos sociotécnicos consequente do período.

REFERÊNCIAS

Antoun, H. & Malini, F. (2013). *A Internet e a Rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.

Bijker, W., & Pinch, T. (2012). *The Social construction of facts and artifacts: or how the Sociology of Science and the Sociology of Technology Might benefit each other. The Social Construction of Technological Systems: new directions in the Sociology and History of Technology*. Cambridge & London: MIT Press.

Castells, M. (2000). *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. São Paulo: Zahar.

Deleuze, G. (1992). *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. Conversações. São Paulo: 34,.

Kendall, L. (1999). *Recontextualizing 'Cyberspace': Methodological considerations for online research*. In Jones, S. Ed.). *Doing internet research* (p. 57-74). London: Sage.

Law, J. (1992). *Notes on the Theory of Actor Ne-twork: Ordering, Strategy and Heterogeneity*. Centre for Science Studies, Lancaster University.

Law, J., & Callon, M. (1992). *The Life and death of an aircraft: a network analysis of technical change*. In Bijker, W. E., & Law, J. *Shaping technology/building society: studies in sociotechnical change*. Cambridge & London: MIT Press.

Latour, B. (1990). *Ciência em Ação: seguindo cientistas e engenheiros sociedade afora*. Paris: Pandore.

Latour, B. (2005). *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de antropologia Simétrica*. São Paulo, 34.

Latour, B. (2015). *Reassembling the Social. Introduction to Actor-Network Theory*. New York: Oxford.

Ministerio da Justiça, SESGE. (2014). *Planejamento estratégico de segurança para a copa do mundo FIFA Brasil 2014*.

Roche, M. (1994). Mega-events and urban policy. In *Annals of Tourism Research*.